

**ACTA N.º 2/2010****ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA  
EM 30 DE Abril DE 2010**

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal de doze de Abril de dois mil e dez, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 – Apreciação da actividade municipal;**

**PONTO 2 – Análise, discussão e votação do Regulamento para Alienação de Lotes para Construção de Habitação, em Loteamentos Municipais – Alteração;**

**PONTO 3 – Análise, discussão e votação do regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;**

**PONTO 4 – Apreciação, discussão e votação da contracção pelo Município de empréstimo a longo prazo no montante de € 800.000,00 (Oitocentos Mil Euros);**

**PONTO 5 – Análise, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2010;**

**PONTO 6 – Análise, discussão e votação da 1.ª revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010;**

**PONTO 7 – Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2009.**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarando aberta a sessão, procedeu à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando a presença de todos os seus elementos e, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar.

**Período Antes da Ordem do Dia**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta aos presentes da correspondência recebida, informando, ainda, da realização no dia 30 de Março da reunião ordinária do Conselho Municipal da Educação e dos assuntos nela abordados.

Aproveitou, também, a ocasião para invocar o 25 de Abril e o seu significado para o Poder Local, desejando no próximo ano comemorar a data com uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com o possível envolvimento de jovens das escolas do concelho, lamentando que, por haver necessidade de preparar com mais tempo o evento e atendendo à proximidade com a presente sessão, não ter sido realizada já este ano.

O senhor Alberto Júlio da Silva Fernandes procedeu, a pedido do senhor Presidente, à leitura da acta da reunião anterior.

O senhor Luís Paíga pediu a palavra para esclarecer que a sua intervenção se debruçou sobre o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente e não o encerramento do Centro de Saúde, o que resultou na respectiva alteração do texto da acta.

Posta à votação, foi aprovada por unanimidade com a abstenção do senhor Vitor Monteiro por não ter estado presente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, depois, abertas as inscrições para o uso da palavra neste período.

Iniciou a sua intervenção o senhor Vladimiro da Silva dizendo que a acta deveria ter sido enviada previamente a todos os elementos da Assembleia a fim de ser apreciada e evitar a sua extensa leitura. Referiu, ainda, que os elementos da Câmara Municipal e Assembleia Municipal que integrem quaisquer entidades em representação do município devem dar conta à Assembleia das reuniões realizadas. Fez referência, também, à importância do 25 de Abril e o seu significado para o País, defendendo que todos temos de honrar os que souberam fazer esta Revolução.

O senhor Adelino Lopes questionou o executivo acerca da requalificação da Estrada Nacional n.º 222-3 e o estado das negociações com a Estradas de Portugal. Lembrou, de seguida, a importância para todos os portugueses da revolução de 25 de Abril.

O senhor Joaquim Monteiro fez, também, alusão ao 25 de Abril, posteriormente referindo a urgência da requalificação da Estrada Nacional n.º 222. Fez saber do mau estado das fossas do Bairro da Canelha que libertam mau cheiro para o exterior. Mais uma vez informou que a população de Ervedosa continua a reclamar do mau estado do caminho de Santa Bárbara, de acesso às escolas, e do Ribeiro e a necessidade do seu arranjo. Referiu, ainda, a necessidade de maior e melhor iluminação pública e lamentou o estado dos passeios no loteamento do Chão da Cruz. Questionou o executivo acerca do que pensa fazer nas escolas devolutas de Casais do Douro e

Sarzedinho. Mostrou, por fim, a sua preocupação em virtude da escola do 1.º Ciclo e o Pré-Escolar terem uma fotocopiadora avariada há já muito tempo, que nem a Câmara Municipal nem o Agrupamento de escolas resolve.

O senhor Eduardo Frederico questionou o executivo acerca do estado das candidaturas do município ao QREN, junto da CimDouro, designadamente no tocante à rede viária do concelho. Perguntou ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia se as faltas dos membros que se ausentaram antes de terminar a sessão foram ou não justificadas. Mais, questionou o executivo sobre a correcta situação e informação das placas de sinalização de direcção da variante urbana.

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que se encontram justificadas as faltas dos elementos que se ausentaram antes do final da sessão, e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia que intervieram neste período Antes da Ordem do Dia.

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que depois de várias reuniões com representantes da Estradas de Portugal e com o Governador Civil, lhe foi prometido que a requalificação da Estrada Nacional n.º 222 iria arrancar em breve, mas, atendendo à sua previsível morosidade, talvez de cerca de um ano, seriam tapados, pelo menos, os buracos existentes, com início das obras o mais tardar na próxima Terça-feira. Quanto à Estrada Nacional n.º 222-3 referiu que o município se encontra ainda em negociações com a Estrada de Portugal para a sua transferência para o domínio camarário.

Informou que ainda há tempo para efectuar as candidaturas junto da CimDouro, pois a verba reservada a S. João da Pesqueira continua garantida. Disse que estão a ser estudadas as condições e que logo que possível serão feitas as candidaturas. Contou que neste momento foi apresentada uma candidatura ao QREN para Reabilitação Urbana na sede de concelho.

Relativamente ao problema da iluminação das freguesias, entende que deverá ser feito um levantamento e visita a cada localidade para a sua resolução.

Quanto às escolas devolutas de Casais do Douro e Sarzedinho, informou que a Câmara pensa transformá-las em Centros Sociais para jovens e idosos, talvez com recurso a financiamento em futuras candidaturas.

Respondendo ao problema da avaria da fotocopiadora das escolas, referiu que a Câmara tentará juntamente com a Junta de Freguesia resolver a situação, mas entende que o problema cai na alçada do Ministério da Educação que não se pode demitir da sua responsabilidade nestas situações.

Deu conhecimento que a Sinalética da Variante ainda não está concluída, o que acontecerá a curto prazo.

#### **Período da Ordem do Dia**

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a debater.

#### **PONTO 1 – Apreciação da actividade municipal**

Procedeu o senhor Presidente da Mesa da Assembleia à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

De seguida declarou abertas as inscrições.

O senhor Eduardo Frederico referiu que a informação relativa à actividade municipal deve ser mais específica e desenvolvida, por forma a que a Assembleia possa cumprir eficazmente o seu papel fiscalizador da actividade da Câmara Municipal, como por si foi já solicitado em anteriores sessões. Questionou estranhando o facto de constatar na mesma informação o prazo de quinze dias para acabar as obras da variante. Terminou pedindo explicações ao executivo quanto ao saldo apresentado naquela informação.

O senhor Vladimiro da Silva quis saber a razão da dívida actual do município e aconselhou o executivo a dar prioridade aos credores de S. João da Pesqueira. Referiu que a conclusão da construção da variante estava prometida para Setembro de 2009, mas a mesma continua por concluir, arrastando-se mês após mês.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que é grande a sua preocupação quanto às dívidas a terceiros, mas que se a Câmara deve, em contrapartida, devem também à Câmara três vezes mais. Informou que há já candidaturas aprovadas e com pedidos de pagamento aprovados.

Disse que o endividamento de € 800.000,00 servirá para fazer face às dívidas a terceiros e, também, ajudar as Juntas de Freguesia.

Referiu que estão a tentar concluir a variante o mais rápido possível, mas o tempo não tem permitido a sua conclusão, sendo preferível que a obra demore um pouco mais mas fique com segurança e bem acabada. Informou que no dia vinte e nove de Abril o executivo teve uma reunião com o empreiteiro da obra e com o

engenheiro Luís Silva, tendo ficado estabelecido que, se o tempo o permitisse, a obra estaria concluída em quinze dias.

## **PONTO 2 – Análise, discussão e votação do Regulamento para Alienação de Lotes para Construção de Habitação, em Loteamentos Municipais – Alteração**

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra para esclarecimento das alterações propostas ao senhor Presidente da Câmara que explicou que com a alteração do n.º 1 do artigo 12.º do referido regulamento não se pretende uma penalização, mas apenas que as pessoas se responsabilizem. Disse, ainda, que a proposta de eliminação do artigo 3.º e subsequente aditamento do n.º 4 do artigo 6.º de deve ao facto de entender que as pessoas não devem ser excluídas da aquisição de lotes à Câmara Municipal por não estarem a residir no concelho de S. João da Pesqueira.

Aberto o período de inscrições para discussão deste ponto interveio o senhor Eduardo Frederico que sugeriu que fosse acrescentado à alteração do n.º 1 do artigo 12.º o seguinte: "*seja a que título for*", o que o senhor Presidente da Câmara aceitou.

Postas à votação em conjunto as alterações propostas, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

## **PONTO 3 – Análise, discussão e votação do regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais**

Atendendo a que foi entregue no início da sessão pelo senhor Presidente da Câmara um pedido de alteração ao regulamento em análise, designadamente no que concerne ao texto do artigo 38.º, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta do regulamento a discutir e o ponto em concreto.

O senhor presidente da Câmara referiu-se ao artigo 38.º dizendo que era uma questão de justiça que o regulamento apenas se aplicasse a processos iniciados depois da sua entrada em vigor.

O senhor Presidente da Mesa perguntou aos presentes se aceitavam a introdução desta alteração, o que foi aceite por unanimidade. Sugeriu, depois, um intervalo de cinco minutos para reflexão da proposta.

Reiniciou-se a sessão pelas dezasseis horas e dez minutos, contando-se a ausência do senhor António Vicente que justificou a sua falta, estando presentes vinte e oito elementos.

Abertas as inscrições para discussão deste assunto, interveio o senhor Eduardo Frederico para se referir ao previsto no artigo 5.º quanto à actualização das taxas de acordo com a inflação questionando a potencial existência de um cenário futuro de deflação.

O senhor Presidente respondeu que estarão atentos, mas que a inflação será sempre positiva.

Passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

**PONTO 4 – Apreciação, discussão e votação da contracção pelo Município de empréstimo a longo prazo no montante de 800.000,00(Oitocentos Mil Euros)**

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que justificou a necessidade de contrair o empréstimo para fazer face às dívidas a terceiros e aos próprios investimentos e despesas do município.

Abertas as inscrições para discussão deste ponto, interveio o senhor Vladimiro da Silva dizendo que se as condições são boas e é tal endividamento legalmente possível ele deve ser realizado. No entanto, referiu que feitas as contas o município não pode nos termos do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais endividar-se naquele montante, senão apenas em cerca de metade daquele valor. Alertou para a possibilidade do Tribunal de Contas rejeitar o pedido e as consequências de responsabilidade que daí poderão advir para os eleitos que aprovarem o mesmo, à semelhança do que aconteceu já no passado.

Os senhores Joaquim Monteiro e Eduardo Frederico questionaram, também, o montante do empréstimo associando-se à preocupação dos colegas, embora percebendo a necessidade do Município para contrair este empréstimo. O senhor Eduardo aconselhou, assim, o executivo a repensar os valores do montante do empréstimo atendendo ao imperativo legal.

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que caso o montante total do empréstimo não seja necessário, em virtude do pagamento de verbas de candidaturas já aprovadas, o empréstimo poderá ser interrompido. O senhor Presidente da Câmara solicitou, de seguida, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal um intervalo para esclarecer a questão suscitada junto dos serviços técnicos da Câmara, ao que este acedeu interrompendo a sessão para um intervalo de dez minutos.

Reiniciada a sessão pelas dezassete horas, o senhor Presidente da Câmara reafirmou que o valor do empréstimo a contrair se encontra dentro do limite de endividamento do município e que, por isso, mantém a proposta.

O senhor Presidente da Mesa perguntou se mais alguém queria intervir ou consultar documentos, pedindo a palavra o senhor António Balça que se disse confiar nos serviços e não ter dúvidas quanto aos valores em causa, posição a que o senhor Adelino Lopes aderiu.

O senhor Joaquim Monteiro disse continuar a ter dúvidas quanto ao valor máximo de endividamento.

Foi a proposta de seguida posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com dezanove votos favoráveis, seis votos contra dos senhores Luís Pereira, Vítor Monteiro, Cátia Santana, Vladimiro da Silva, Eduardo Frederico e Joaquim Monteiro e três abstenções dos senhores Manuel Cordeiro, Alberto da Silva Fernandes e Fernando Pereira.

O senhor Joaquim Monteiro esclareceu que votou contra não por se opor à contracção de um empréstimo mas pela falta de esclarecimento acerca da legalidade do mesmo.

O senhor Luís Pereira disse também não ter ficado esclarecido com a explicação prestada.

#### **PONTO 5 – Análise, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2010**

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou que a alteração se destinava a prover um lugar na divisão de obras cujo serviço vinha sendo desenvolvido por uma funcionária há muitos anos a recibos verdes e que era de todo o interesse promover o emprego e manter o seu lugar.

Abertas as inscrições para discussão deste ponto, interveio o senhor Eduardo Frederico que disse estranhar que o Mapa de Pessoal e o Orçamento que foram aprovados em Dezembro não tivessem já considerado esta situação.

O senhor Presidente da Câmara respondeu lembrando que apenas tomou posse no início de Novembro de 2009.

Procedeu-se de seguida à votação, tendo sido a proposta de alteração aprovada por maioria com vinte e cinco votos favoráveis e três abstenções dos senhores Luís Pereira, Vítor Monteiro e Eduardo Frederico.

**PONTO 6 – Análise, discussão e votação da 1.ª revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010**

O senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que informou da necessidade de fazer uma alteração ao Orçamento de 2010 que contemplasse o valor a pagar à empresa Dourobras-Obras do Douro, Lda., em virtude do acordo celebrado pelo Município e a mesma empresa pondo fim a um litígio judicial.

Abertas as inscrições para discussão, pediu a palavra o senhor Vladimiro da Silva que interveio dizendo ter estado na Câmara durante quatro anos e nunca ter tomado conhecimento de tal dívida ou litígio.

O senhor Joaquim Monteiro disse discordar desta proposta e da sua fundamentação, situação que considera dever-se a erros que se foram acumulando ao longo dos anos e que, por isso, vai votar contra.

Procedeu-se à votação tendo sido a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis, um voto contra do senhor do senhor Joaquim Monteiro e três abstenções dos senhores Luís Pereira, Eduardo Frederico e Vítor Monteiro.

**PONTO 7 – Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2009**

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que explicou que pouco podia esclarecer quanto a este assunto uma vez que as contas se referem quase em exclusivo ao período do mandato anterior de que não fez parte.

Abertas as inscrições, interveio o senhor Vladimiro da Silva para dizer que era seu entendimento que a lei apenas obriga a que a Assembleia tome conhecimento dos Documentos de Prestação de Contas e não a que se proceda à sua votação.

O senhor Presidente da Mesa esclareceu que este assunto deve ser apreciado e votado, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 49.º da Lei



n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

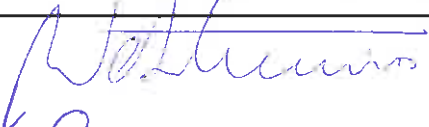
O senhor Norberto Vieira pediu a palavra para dizer que sempre se votou este assunto e que deveria ser posto à votação.

Procedeu-se, de seguida, à votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e quatro votos favoráveis e quatro abstenções dos senhores Luís Pereira, Joaquim Monteiro, Eduardo Frederico e Vítor Monteiro.

A fim de ser dada eficácia externa aos pontos 2 a 7 o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a sua aprovação em minuta, o que, posto a votação, foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, e não tendo chegado à mesa qualquer pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser lida e posta à votação para aprovação.

---

  
\* do Sr. Norberto Vieira